



**CONSELHO DA
UNIÃO EUROPEIA**

Bruxelas, 23 de Novembro de 2009

16457/09

COPEN 234

NOTA DE ENVIO

de:	Claire Fielder, Conselheira JAI, Representação Permanente do Reino Unido junto da União Europeia
para:	Ivan BIZJAK, Director-Geral da Direcção-Geral H (JAI), Secretariado-Geral do Conselho da União Europeia
data:	16 de Outubro de 2009
Assunto :	Decisão-Quadro 2005/214/JAI, de 24 de Fevereiro de 2005, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sanções pecuniárias – Carta de notificação

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, uma carta de notificação do Reino Unido.

Ivan BIZJAK
Director-Geral
Direcção-Geral H (JAI)
Secretariado-Geral do Conselho
rue de la Loi 175,
B – 1048 Bruxelas

Bruxelas, 12 de Outubro de 2009

Exmo. Senhor Brzjak,

Declaração do Reino Unido, dirigida ao Secretariado-Geral do Conselho da União Europeia e à Comissão Europeia, relativa à execução da Decisão-Quadro 2005/214/JAI do Conselho de 24 de Fevereiro de 2005 relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sanções pecuniárias

No que se refere ao artigo 2.º, n.º 1, e ao artigo 16.º, n.º 1, da Decisão-Quadro 2005/214/JAI do Conselho de 24 de Fevereiro de 2005 relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sanções pecuniárias, o Reino Unido comunica ao Secretariado-Geral do Conselho da União Europeia e à Comissão Europeia que executará a Decisão-Quadro supramencionada a partir de 12 de Outubro de 2009.

Determinação das autoridades competentes:

As autoridades competentes, sempre que o Estado de emissão e de execução seja o Reino Unido, serão os seguintes tribunais penais:

- Um tribunal de magistrados (Inglaterra e País de Gales)
- Um tribunal regional ("Sheriffs court") ou um Julgado de Paz (Escócia)
- O Tribunal da Coroa, um tribunal de magistrados e qualquer tribunal de recurso (Irlanda do Norte)

Determinação das autoridades centrais:

O Reino Unido estabeleceu autoridades centrais responsáveis pela transmissão e recepção administrativas de decisões em conformidade com o artigo 4.º, n.º 7. O certificado mediante o qual se exige a execução nos termos da Decisão-Quadro, e a decisão (ou uma cópia autenticada) que exige o pagamento de uma sanção pecuniária, devem ser enviados aos seguintes endereços, conforme o lugar em que resida a pessoa condenada, ou em que possua bens ou rendimentos, nas seguintes jurisdições do Reino Unido:

Inglaterra e País de Gales:

Mutual Recognition of Financial Penalties Central Authority
London Central Accounts Office
Her Majesty's Courts Service
65 Romney Street
LONDON
SW1P 3RD
Tel: +44 020 805 1890
Endereço electrónico: GL-mrfp.cao@hmcourts-service.gsi.gov.uk
Fax: 020 7805 1892

Escócia:

The Sheriff Clerk
Sheriff Court House
27 Chambers Street
EDINBURGH
EH1 1LB
Tel +44 0131-2252525
Fax 0131-2254422
Endereço electrónico: Edinburgh@scotcourts.gov.uk

Irlanda do Norte:

Business Development Group
Northern Ireland Court Service
Laganside House
23 – 27 Oxford Street
BELFAST
BT1 3LA
Telephone 028 90328594
Endereço electrónico: businessdevelopmentgroup@courtsni.gov.uk.

Implementação:

No que respeita ao artigo 20.º, n.º 5, da Decisão-Quadro, que exige que os Estados-Membros transmitam ao Conselho e à Comissão o texto das disposições de transposição para a sua legislação nacional das obrigações que lhes são impostas pela Decisão-Quadro, junto envio uma cópia da Lei sobre *Justiça Penal e Imigração de 2008* (*Criminal Justice and Immigration Act 2008*), que confere efeitos jurídicos à Decisão-Quadro em Inglaterra, no País de Gales e na Irlanda do Norte (Secções 80-92 e Anexos 18 e 19).

Para a Escócia, envio uma cópia do projecto *Decreto relativo ao Reconhecimento Mútuo das Sanções Penais Pecuniárias na União Europeia (Escócia), 2009* (*Mutual Recognition of Criminal Financial Penalties in the European Union (Scotland) Order 2009*), sujeito a aprovação pelo Parlamento escocês. A Ordem foi dada nos termos das competências conferidas pelas Secções 56 e 82 da *Lei de Reforma do Processo Penal de 2007, etc. (Escócia)* (*Criminal Proceedings, etc (Reform) (Scotland) Act 2007*).

Línguas:

Relativamente ao artigo 16.º, n.º 1, da Decisão-Quadro, o Reino Unido só aceitará certificados redigidos em inglês.

Pagamentos compensatórios:

Quanto ao artigo 1.º, alínea b), subalínea iii), da Decisão-Quadro, o Reino Unido exige que os pagamentos compensatórios sejam efectuados directamente aos beneficiários da compensação no Reino Unido em libras esterlinas.

A mesma carta é transmitida à Comissão Europeia.

Com os protestos da minha mais elevada consideração,

Claire Fielder

Primeira Secretária, Justiça e dos Assuntos Internos

Representação Permanente do Reino Unido junto da UE